

A Rede Nacional de Arquivos: um desafio no século XXI

R E S U M O

Um dos factores decisivos para o desenvolvimento coerente da Política de Arquivos diz respeito à criação da Rede Nacional.

Em Portugal, essa rede ainda está objectivamente por construir, já que não chega categorizar e listar Serviços de Arquivo, ou avançar para medidas sectoriais sem antes reflectir quanto aos objectivos estratégicos e decidir quanto aos parâmetros e estrutura da própria rede.

Uma verdadeira Rede Nacional de Arquivos não pode, por sua vez, deixar de fora a produção contemporânea. Ela compromete em primeiro lugar o IAN/TT, como órgão coordenador, mas precisa de assentar no diálogo entre os diversos órgãos de tutela da Administração Pública.

Finalmente, há que encontrar uma plataforma e um formato suficiente abertos, para que possa desenvolver-se com regras claras e os custos repartidos. Será uma rede de redes, na prática, de acordo com princípios hoje defendidos em países de vanguarda e recomendados pela União Europeia.

MANUEL LUÍS REAL

A B S T R A C T

The making of a National Network is a decisive factor for the development of a coherent National Archival Policy.

In Portugal this aim hasn't already been achieved. In fact, to list and to categorize Archival Services or even to take partial measures is not enough. First of all it is necessary to think over the strategic goals and to take a decision about the parameters and the structure of the network itself.

A real National Archival Network cannot exclude the contemporary production. The IAN/TT, as co-ordinator of service, needs to work together with the several entities of the Public Administration involved. Finally, it is necessary to find out a platform and a format open enough so that the National Network may development with clear rules and shared costs. It will be a net of the nets according to the principles that are defended nowadays in modern countries and recommended by the European Union.

«... qualquer nova iniciativa não poderá deixar de referir-se às realizações já existentes a nível nacional, encorajando a sua coordenação e nomeadamente recomendando a utilização de sistemas abertos»

(*Os Arquivos na União Europeia. Luxemburgo, 1994, p. 58*)

Ao corresponder ao amável convite da Direcção do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo¹, para apresentar algumas sugestões sobre a Rede Nacional de Arquivos, estamos ciente de que nos confrontamos perante uma matéria assaz difícil e sensível, e sobre a qual poderão ser defendidos vários caminhos. Como tal, esperamos que o que a seguir se enuncia seja encarado apenas como o resultado de uma reflexão pessoal, fruto também de uma inquietude e interrogações múltiplas sobre o futuro da arquivística portuguesa. Procuraremos uma abordagem tão serena quanto possível, assente numa observação amadurecida sobre o percurso – claramente esperançoso – da arquivística portuguesa nos últimos vinte anos e, também, na análise das tendências actuais no campo disciplinar e na organização dos arquivos.

Para uma mais directa percepção do nosso pensamento sobre esta matéria, adiantamos desde logo a seguinte conclusão:

Portugal precisa de uma rede de arquivos aberta, coerente e de consistência multipolar.

Como se poderá lá chegar? É uma questão para a qual procuraremos relançar o debate, com a ousadia que nos é facilitada pelo privilégio de responder a um convite do Órgão Coordenador nacional e pela circunstância de, como profissional, sermos também parte interessada no problema. Fá-lo-emos na convicção de que outros contributos deverão entretanto surgir e na expectativa de que a arquivística portuguesa dê sinais de estar preparada para debater, com serenidade, questão simultaneamente tão complexa e tão actual.

Independentemente do caminho que se vier a trilhar, todos partimos de uma certeza: apesar de inegáveis progressos em questões preliminares à construção de uma futura rede nacional, a verdade é que já se perdeu demasiado tempo, nomeadamente nos últimos anos, com grande dispêndio de energias e investimento improdutivo. Isto deve-se a uma falta de acerto sobre prioridades e à dificuldade em criar um projecto mobilizador, bem coordenado e de orientação descentralizante.

PALAVRAS-CHAVE
POLÍTICA NACIONAL
REDE NACIONAL
SISTEMA ABERTO
SOCIEDADE DA
INFORMAÇÃO
PROCESSO DE
MUDANÇA

A escassez de meios financeiros e a dimensão do problema não deixam sequer grande margem para opções. Tudo o mais que vai acontecendo significa adiar o verdadeiro desafio, subverter prioridades elementares, enfraquecer capacidades de investimento, enfim, condenar o desenho de uma política genuinamente “nacional”.

É justo recordar quanto nos encheu de esperança o lançamento do Instituto Português de Arquivos que, entre 1988 e 1992, demonstrou como uma estrutura nova, ligeira e desburocratizada estava a conseguir mudar o rumo da arquivística em Portugal. Sem dúvida que muito ficou por fazer, num processo infelizmente interrompido, mas houve conquistas objectivas das quais hoje ainda se sentem os efeitos positivos. Não cabe aqui fazer um balanço dos anos decorridos desde então, que nos merecem igualmente respeito, malgrado várias divergências, quase inevitáveis quando está em curso um processo de mudança e que se pretende inovador.

Apenas duas questões parecem de salientar, como lição para o futuro, já que é sobre este que verdadeiramente nos deveremos concentrar.

Para além de aspectos sempre importantes em qualquer equipa que lidera um processo de mudança – como o conhecimento, o dinamismo, a criatividade, etc. – a **eficácia** de um Orgão Coordenador estará sempre condicionada por duas características essenciais, na verdade nem sempre fáceis de atingir:

- uma apurada visão estratégica por parte da Direcção Nacional
- uma genuína capacidade de diálogo com os demais parceiros e motores de desenvolvimento

E isto é tanto mais importante quanto se constata ser o sector dos Arquivos uma realidade das mais complexas, neste país, dotada de enormes carências e com uma inserção multipolar, que abarca praticamente todo o tecido social e institucional.

Embora não seja nosso objectivo discutir aqui a Política Nacional de Arquivos é óbvio que, por se tratar de tema tão central, a questão da Rede leva-nos a aflorar aspectos que lhe são essenciais. No entanto, atendendo ao contexto em que surge este artigo, achamos mais prudente encarar as propostas que se seguem, não tanto como o desenho de um quadro definitivo ou termo de chegada, mas tão só como um instrumento para circunscrever o problema na sua ordem de partida.

Por formação, somos adeptos de uma via reformista e em construção permanente.

O diálogo e a cooperação são, igualmente, o único meio de alcançar um sistema onde as partes nele se revejam e em que o respectivo esforço passe a ser melhor distribuído. Trata-se de um processo que exige a disponibilização de consideráveis **meios** e que obrigará a uma actividade muito dispersa, pelo que importa criar as melhores condições para o desenvolvimento de um **trabalho colectivo**.

Antes de quaisquer considerações de natureza estratégica, o que está verdadeiramente em causa são o próprio “conceito” e o “âmbito” da Rede Nacional de Arquivos. Na realidade, o debate deve orientar-se em primeiro lugar sobre os pressupostos teóricos que dão coerência à rede e, conseqüentemente, sobre qual a morfologia em que ela mesma deve assentar.² A perspectiva que defendemos é a de uma estrutura tão integrada e tão aberta quanto possível. Em nossa opinião, parece ser indispensável encontrar um consenso relativamente alargado nesta matéria. De facto, devem ter-se em conta, não apenas as modernas tendências da Arquivística, mas também experiências já avançadas em diversos países e as recomendações da Comunidade Europeia para a “sociedade da informação”.

É o que veremos a seguir:

O CONCEITO

Não será deslocado sublinhar quanto o conceito de Rede Nacional de Arquivos está dependente da própria noção que se tiver de “arquivo”.³ Ao aceitar-se o **arquivo** como um sistema de informação, cuja unicidade é determinada pelo carácter relacional dos documentos que o compõem, a tendência natural aponta para um modelo necessariamente integrador. Por consequência, a acepção de **rede nacional** deverá estar, ela também, ao serviço da relação entre as partes que integram um qualquer sistema de informação arquivística. Mesmo que este se encontre administrativamente dividido, em função do ciclo vital dos documentos ou devido a qualquer vicissitude particular, há que criar mecanismos que incentivem a articulação necessária de fundos dispersos, referentes ao mesmo produtor. A Rede Nacional, por outro lado, deve estar preparada para a satisfação das necessidades de um número cada vez mais alargado de utentes. Não se trata já de satisfazer apenas os anseios da investigação erudita. O que hoje está verdadeiramente em causa é a capacidade de responder ao **cidadão**, um destinatário de perfil difuso, mas que apesar disso – ou melhor, exactamente por isso – vem a contribuir para um maior enriquecimento da própria missão dos Arquivos.

Nesse destinatário, obviamente, está também inscrito o investigador tradicional, cujas ferramentas terão entretanto aumentado exponencialmente, ao deixarem de pertencer ao seu fechado universo e de crescer apenas em função de conteúdos muito direccionados e parcelares.

A criação de redes alargadas e a comunicação à distância constituem hoje preocupações essenciais da União Europeia. Na base destes interesses está a constatação de que «a distância entre a fonte de informação e o seu destinatário deixou de ter qualquer importância com as modernas tecnologias de transmissão de dados». O fácil acesso à informação armazenada, seja em que lugar ela estiver, aliado à capacidade de combinar e de analisar grande quantidade de dados, permite criar hoje novos conhecimentos, os quais vêm revolucionar a noção de “valor acrescentado” da informação. Esta tende a tornar-se, assim, no “principal produto” da sociedade da informação.⁴

Nesse pressuposto, a Comissão Europeia criou em 1994 um grupo de peritos (conhecido por “Grupo Bangemann”), o qual preparou um relatório sobre *A Europa e a sociedade global da informação*. Este foi apresentado à reunião do Conselho Europeu de 24 e 25 de Junho desse mesmo ano, em Corfu, vindo a dar origem a posteriores planos de acção.⁵

Trata-se de um documento essencial, que exige uma análise atenta a quem tiver responsabilidades na tutela e no desenvolvimento de serviços de informação. Embora as recomendações deste Grupo de Alto Nível da Sociedade de Informação (“Grupo Bangemann”) tenham um âmbito mais lato – redes e serviços, normalização e regulamentação, telecomunicações, audiovisual, multimédia, mercados, emprego, etc. – muitas das suas propostas merecem uma reflexão especial, podendo ser utilmente enquadradas na programação de um sistema nacional (e transnacional) de Arquivos. Entre as linhas de orientação preconizadas salientamos as seguintes⁶:

- estabelecer a regulamentação mínima necessária para assegurar a criação de infra-estruturas e serviços de informação eficientes (p. 18);
- acabar com os monopólios, avançando para a utilização de sistemas abertos e concorrenciais (p. 17);
- promover a interconexão de redes e a interoperabilidade dos serviços e aplicações (p. 18);
- desenvolver iniciativas que associem os sectores público e privado, cujo investimento será também uma força impulsionadora (p. 13);

- dinamizar mercados para que estes alcancem rapidamente massa crítica, como condição e como estímulo para o crescimento (p. 28);
- dar atenção à defesa dos direitos de propriedade intelectual e da privacidade, à protecção electrónica (cifragem) e jurídica, assim como à segurança (p. 22-24).

Referimo-nos acima a um “sistema” **nacional e transnacional** de Arquivos, porque, na realidade, a sua filosofia de desenvolvimento assenta numa **multiplicidade de redes** que passam simplesmente a estar interconectadas. Este é um processo longo e em permanente construção, mas os seus benefícios tornar-se-ão logo exponenciais proporcionalmente à percentagem de investimento exigível à entidade reguladora. A existência de **custos repartidos**, assim como a maior **abertura e agilidade** dos meios, criarão uma dinâmica própria, de alcance muitíssimo superior a qualquer sistema fechado. As próprias características de relacionamento das partes com o todo são um estímulo à criatividade e à inovação, o que constitui também uma mais-valia estratégica. No entanto, é preciso garantir duas **condições prévias**:

- 1 – um tal projecto deverá assentar num programa bem estruturado, concebido em cooperação com os principais agentes, nos vários domínios implicados na construção da nova plataforma;
- 2 – esse projecto só poderá arrancar depois de estabelecida a “regulamentação mínima necessária”, a qual deve assentar igualmente num diálogo interno e nas recomendações das instâncias internacionais.

O ÂMBITO

A consequência lógica do que acaba de ser dito acerca da Sociedade da Informação (SI) é o esbatimento da noção de fronteira entre os diversos sectores com responsabilidade na manutenção de arquivos ou parcelas de arquivo, neste caso agregadas meramente por razões de ordem tipológica dos documentos, ou seja:

- entre sistemas de produção/conservação (entidades produtoras) e serviços de mera conservação (centros de arquivos);
- entre Arquivos dependentes do órgão coordenador (IAN/TT) e Arquivos autónomos (públicos e privados);
- entre acervos de tipo tradicional tutelados pelo IAN/TT e acervos dependentes de outros institutos ou Arquivos especializados (fotografias, imagens em movimento,

documentos sonoros, documentos electrónicos, cartografia e desenho, ou mesmo, certos arquivos de origem sectorial) incluindo o sector privado, como no caso de televisões, rádios e algumas fundações;⁷

– entre o chamado património arquivístico protegido e os restantes arquivos. Uma das ideias-chave da SI é o **combate à exclusão**.⁸ Os seus mentores estão interessados basicamente em promover o acesso à informação, servindo-se da tecnologia e da normalização. Cruzando fronteiras até agora impossíveis de franquear, cuidam apenas de acautelar os legítimos interesses das entidades envolvidas (administrações, proprietários, autores; privacidade, segurança, direitos de produção, etc.). Tudo isto, porém, implica uma reforma das mentalidades e a forte crença no diálogo e na cooperação. Daí a perda de importância, neste contexto, do estabelecimento de certas dicotomias como: a. público/a. privado; a. activo/a. inactivo; a. histórico/a. administrativo; a. classificado/a. não classificado; a. reduzido/a. extenso; a. centralizado/a. descentralizado.

As únicas divisões a identificar – para as combater – são aquelas que verdadeiramente conduzem à desarticulação dos arquivos, enquanto sistemas de informação gerados por uma mesma entidade. Só assim se alcançará, no futuro, uma rede coerente e conforme aos princípios elementares da disciplina.

O esforço para **reconstituir sistemas arquivísticos dispersos** e, sobretudo, a ênfase dada às **questões relativas ao acesso à informação** constituem, hoje, mais um incentivo para a quebra de barreiras corporativas. Daí a importância de um diálogo permanente e efectivo entre os diversos institutos e serviços equiparados,⁹ que coordenam a produção documental e a gestão de arquivos – sejam eles quais forem – e com os vários ministérios, eles próprios produtores e detentores de grandes sistemas de informação arquivística, não raras vezes já parcialmente incorporados em serviços dependentes do IAN/TT. Ao Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo caberá uma responsabilidade decisiva nesta matéria, independentemente das dificuldades que, todos sabemos, existem no terreno da cooperação.

Um outro aspecto a considerar será o do desenvolvimento de uma política de informação que se estenda a **todo o território nacional**, alargando a perspectiva integradora aos próprios sistemas arquivísticos dos Açores e da Madeira. Já algo tem sido feito nessa via, dado que existe informação de interesse comum que necessita de estar disponibilizada. Mas é importante que o projecto de uma rede nacional se estenda com efectividade aos arquipélagos, através de um esforço

concertado e no pleno respeito das autonomias regionais. O mesmo se poderá dizer relativamente à restante **comunidade lusófona**, criando bases para uma futura rede supranacional. As nossas obrigações, como antiga potência colonial, exigem uma clara visão estratégica neste domínio, em nome do estreitamento dos laços com as ex-colónias e tendo em vista a partilha do património arquivístico comum.¹⁰ É um processo mais difícil ainda, se pensarmos em redes interconectadas com o Brasil e os novos Estados independentes, mas urge pensá-lo e criar as bases para que tal possa vir a acontecer no futuro.

Ao enunciar objectivos tão amplos corremos o **risco**, desde logo, de uma proposta como esta ser considerada irrealista.¹¹ É obvio que um processo deste tipo terá de passar por uma fase de concepção e, naturalmente, por um período inicial de desenvolvimento menos ambicioso. É certo, também, que nem todos os potenciais parceiros estratégicos estarão preparados para ingressar de imediato num projecto colectivo. E que nem todos os detentores de arquivos terão facilidade em encontrar meios ou, até, em descobrir as vantagens de ingressar numa rede nacional. Além de tudo, o desenvolvimento em cadeia de uma rede de redes será sempre um processo inacabado. Sabe-se como pode começar, mas desconhece-se até onde ele vai chegar. Será algo em construção contínua e em aperfeiçoamento progressivo. Mas não pode ser mais adiado.

O fundamental é o IAN/TT **acreditar efectivamente nas vantagens de uma rede aberta**, criando, tão rápido quanto possível, as condições normativas e as infra-estruturas mínimas necessárias para que o processo ganhe a sua própria dinâmica. Isto implica profundamente a Direcção nacional, que deverá **eleger a questão da Rede como uma das suas mais elevadas prioridades**. Exige determinação da sua parte, capacidade de diálogo com todos os seus parceiros e força persuasiva para os convencer dos méritos do serviço em construção. Estabelecer um quadro de acção é tão importante como saber demonstrar a utilidade daquilo que ele se propõe realizar. A capacidade de sensibilização passa, também, por apresentar um bom Projecto e por consolidar a sua imagem através de uma fase experimental cuidada e convincente.

AS INFRA-ESTRUTURAS

Ao falar-se de infra-estruturas em matéria de rede de Arquivos, devemos ter em conta que se está perante uma realidade extremamente heterogénea e de tendência descentralizada. A sua complexidade acentua-se pelo facto da inserção administrativa

e social dos arquivos ser multifacetada, tornando necessário preservar a independência das entidades produtoras e a autonomia dos serviços detentores de acervos, nos casos em que não dependam directamente do órgão coordenador. As áreas de actuação do IAN/TT são ainda relativamente limitadas face ao país arquivístico real, se bem que disponha já de competências que alargam a sua influência a um vasto domínio da administração pública e, ainda, a alguns acervos ligados ao sector privado. É o que se deduz do D.-L. n.º 16/93

– que estabelece as bases legais da política arquivística nacional – já que entre o património arquivístico protegido figuram todos os «documentos dos arquivos públicos e os restantes arquivos e documentos classificados ou em vias de classificação» (artigo 6.º). O decreto-lei procura sistematizar diversas categorias de arquivos e sua relação com o órgão coordenador (artigos 9.º a 12.º). Esta parte mereceria hoje porventura ser aperfeiçoada, se bem que o seu articulado deixe alguma margem para o aprofundamento da actuação coordenadora.

Na prática, percebe-se que a vocação do Instituto começou a concentrar-se na chamada “documentação histórica”, seja ela pertencente a arquivos ainda em actividade ou a arquivos desactivados. O que se constata neste domínio é que a situação material da maior parte dos acervos era anteriormente tão dramática que, apesar de todas as conquistas realizadas, muito há ainda a fazer. Além disso, o processo de recuperação enreda-se com a natural dificuldade levantada pelos sistemas de informação mutilados, dispersos ou interrompidos.

A área dos “arquivos intermédios”, entretanto, teve um louvável desenvolvimento nos anos mais recentes, mas presente-se que nem sempre tem sido fácil lidar com as administrações ou serviços produtores. A abordagem dos novos problemas só será possível através de uma mudança de mentalidade e do estabelecimento de um efectivo clima de confiança.

A **evolução do conceito de arquivo** levanta hoje um conjunto largo de preocupações, que não se faziam sentir há algumas décadas atrás. Na verdade, estamos muito longe do quadro desenhado por Bruno DELMAS, quando em 1974 esboçava um plano de infra-estruturas nacionais em matéria de Arquivos. A Arquivística contemporânea, ao dar importância igual às sucessivas fases no ciclo de vida dos documentos e ao valorizar a questão do acesso, obriga a enveredar por estruturas de **maior flexibilidade**, para poderem responder com eficácia às situações mais variadas.

À partida, haverá desde logo que distinguir dois tipos de estruturas, ambos necessários para a implementação da Rede Nacional:

- infra-estruturas de gestão de serviços
- infra-estruturas de gestão da informação

Ao nível da **gestão de serviços** há ainda que distinguir entre serviços internos e externos ao Órgão Coordenador. A Torre do Tombo e a rede de serviços dependentes (Arquivos Distritais) constituem a base operacional do Instituto e deverão estar, necessariamente, na primeira linha da planificação e do apoio ao desenvolvimento da Rede Nacional.

Mas a estruturação de uma Rede Nacional necessitará de assentar igualmente num conjunto de **parcerias**, com outros institutos e centros coordenadores – já mencionados no sector da fotografia, do cinema, da informática, etc. – assim como através do **diálogo** com serviços representativos da reforma da administração pública (central e local) e de importantes áreas produtoras de arquivos (saúde, direito, educação, economia, etc.). O sector privado – onde existem arquivos de grande importância, como na Igreja, em fundações culturais, em empresas, em sindicatos e associações, etc. – também deveria ser chamado a colaborar.

Um projecto de estruturação de uma verdadeira Rede Nacional terá vantagem em contemplar, entre outras medidas, a existência de um Comité Interdepartamental de Arquivos, com a função de promover uma aproximação de objectivos e de programas, entre os sectores mais representativos do tecido nacional em matéria de arquivos.¹³ Não deve ser confundido com o Conselho Superior de Arquivos. As suas funções limitar-se-iam à questão da Rede e a respectiva composição deve ser muito cuidada, para se tornar suficientemente representativa, sem perder em eficácia. A existência deste comité não eliminaria, porventura, a necessidade de prever a assinatura formal de protocolos de cooperação entre os diversos institutos e centros que, sectorialmente, coordenam a gestão de arquivos e áreas afins. O ideal seria que existisse um único protocolo e que levasse à criação de um grupo de trabalho, temporário ou permanente, como melhor se entender, com o objectivo de regulamentar matérias de interesse comum.

Em nosso entender seria nestas três estruturas – **Serviços do IAN/TT, Comité interdepartamental e Grupo de trabalho para a normalização** – que deveria assentar o processo de desenvolvimento da Rede Nacional. Quanto ao projecto, em si, seria liderado pelo Instituto dos Arquivos Nacionais e, se tal for viável, em coordenação com alguns parceiros mencionados. Neste caso o Comité poderia transformar-se, desde logo, em grupo coordenador.

O objectivo central do projecto será, naturalmente, criar uma **infra-estrutura nacional de gestão da informação arquivística**. As actividades no seio do comité e do grupo de trabalho teriam como meta estruturar uma rede nacional, suficiente aberta e flexível, através de uma **plataforma informática onde diversos serviços e aplicações possam interoperar**. Para isso é preciso criar a regulação mínima necessária, definindo padrões de conectividade, de fiabilidade e de segurança. A Internet poderá ser um dos suportes para o funcionamento da Rede, mas há que dar particular atenção aos aspectos normativos. Referimo-nos não apenas a normas arquivísticas e afins (ISAD, ISAAR-CPF, Normas ISO sobre linguagem controlada e gestão de documentos), mas também quanto às linguagens de âmbito informático (especialmente do tipo SGML/XML). A filosofia do projecto será, em última instância, proporcionar a criação de uma **rede de redes**, já que a Rede Nacional de Arquivos deverá servir também de portal para aceder a redes arquivísticas locais muito mais desenvolvidas. O resultado final seria a constituição de uma gigantesca Base Nacional de Dados Arquivísticos, suportada por uma estrutura de interface construída a partir da Torre do Tombo ou, melhor ainda, através de um protocolo entre os diversos institutos com competência na área dos arquivos (incluindo sectores como a fotografia, o audiovisual e a informática).

A criação de uma Rede aberta é condição primordial para repartir os seus custos de funcionamento, independentemente do esforço financeiro que o lançamento do projecto irá implicar. Os investimentos ficariam assim divididos pelas entidades que passassem a integrar a rede, desde o órgão de gestão e respectivos Arquivos Distritais, aos seus parceiros estratégicos e às restantes unidades aderentes. Os termos em que isso seria concretizado, nomeadamente o grau de intervenção de cada sector, é uma questão a ser estudada *a posteriori* e, eventualmente, negociada durante a fase de concepção do projecto.

O PROCESSO DE MUDANÇA

Referimos atrás que haverá o risco de deixar algumas pessoas perplexas e, senão mesmo, receosas pela orientação perfilhada. Todavia, atravessamos uma fase onde novas perspectivas se impõem, em consequência da abertura e da flexibilidade exigidas pela utilização das novas tecnologias e pelos próprios avanços da Arquivística como disciplina. Recuar perante tais desafios é desperdiçar a oportunidade

– e um momento histórico – para **iniciar uma verdadeira mudança** na política arquivística nacional.

Promover a mudança implica pensar diferente e decidir com ambição. Há que definir objectivos e clarificar metas. Pelo meio, torna-se necessário estabelecer um **programa de estudo, de planeamento, de negociação e de materialização por fases**. A criação de um modelo progressista de Rede Nacional de Arquivos deverá contemplar a abertura e a flexibilidade, como tópicos essenciais. Todavia, ele não pode deixar de estabelecer uma prudente conciliação entre a realidade existente e a inovação metodológica e instrumental. Com objectividade, deve procurar-se **otimizar as potencialidades actuais** – infra-estruturas e serviços – e proceder a ajustamentos sucessivos. O alargamento da rede, a efectuar basicamente através de uma plataforma dinâmica e da diversificação dos canais de acesso, irá sendo finalmente conseguido à medida que aquela vier a **adquirir massa crítica** e se tornar atractiva.

É oportuno sublinhar desde logo – e para que não se pense que estamos a falar de uma absoluta novidade – que no seio do próprio IAN/TT já **este assunto fora considerado prioritário há mais de meia dúzia de anos**. Na realidade, algum tempo depois da reentrada do Prof. Doutor José Mattoso à frente do Instituto, foi-nos apresentado o desafio de coordenar uma série das Conferências da Arrábida, subordinada ao tema “Património Arquivístico e Memória Social”. Pressentiam-se tempos de mudança e os conteúdos das intervenções não deixaram de reflectir exactamente o momento que se atravessava. É de referir, também, que o “relatório Bangemann” e as conclusões da assembleia de Corfu haviam saído à luz do dia dois anos antes e estavam a conhecer grande sucesso. Coube ao Dr. José Mariz apresentar uma interessante comunicação, intitulada *A Informática e os Arquivos: questões teóricas e práticas da arquivística contemporânea*.

O teor da sua conferência foi deixado especificamente ao critério do IAN/TT, pelo que teve carácter oficial. Foram encarregados de a planear o Dr. José Mariz, o Dr. Silvestre Lacerda e o Eng. Ricardo Liberato. A própria Direcção do Instituto esteve presente e foi aproveitada a ocasião para, pela primeira vez, se apresentar publicamente um módulo do ARQUIV. Acompanhou esta demonstração a equipa que na Torre do Tombo começava, na altura, a conceber a nova aplicação informática.

Neste contexto, a comunicação do Dr. José Mariz afigurou-se de grande transcendência para a generalidade dos presentes, já que uma nova aplicação

iria surgir, com o intuito de substituição do ARQBASE e, pendurada nela, foram efectuadas considerações muito inovadoras sobre a filosofia de rede. Utilizando apontamentos que tivemos oportunidade de recolher na altura, salientamos que, ao falar do ARQUIV, o conferencista começou logo por dizer que «não basta produzir uma ferramenta». É necessário pensar também «quais as consequências programáticas e organizacionais». E, no seguimento da sua exposição, o Dr. José Mariz apontou naturalmente para o estabelecimento da rede e para a intercomunicabilidade dos sistemas. Para o efeito, acabaria por adiantar algumas premissas de base, que descrevemos a seguir:

- 1 – Construção de uma **grande base de dados**, capaz de importar, gerir e exportar dados para outras redes e sistemas;
- 2 – Possibilidade de promover o **intercâmbio com outras bases de dados**, em pequenos arquivos, inclusive de pessoas individuais;
- 3 – Dispositivo que possa incluir métodos de controlo de qualidade de alta exigência, tendo em vista a fiabilidade de informação (vários **níveis de controlo de qualidade**, com “aperto” por fases, para garantir a qualidade do *output*);
- 4 – Mecanismo que possibilite a **comunicação com as bases de dados já existentes** no interior do sistema (bases de dados da Torre do Tombo, Arquivos Distritais, etc.), sem perda do trabalho já investido;
- 5 – Regulamentação que permita a **independência das plataformas**, arranjando um denominador comum;
- 6 – Possibilidade de futura integração da **interface entre a descrição e a imagem**;
- 7 – Preservação do **carácter amigável da aplicação**, que não exija grande especialização de pessoal e proporcione um ambiente de fácil relacionamento com o utilizador;
- 8 – Possibilidade de apontar para o **acesso à distância, via Internet**, permitindo inclusivamente a consulta em ambiente doméstico, de bases de dados descritivas e da própria documentação digitalizada.

A concluir a sua esclarecida lista de princípios para um novo programa de acção, supostamente definidor da futura linha política do Instituto, o Dr. José Mariz não deixou porém de lançar um duplo alerta, sobre as implicações e os cuidados a ter em conta durante a implementação de tal programa:

- haverá, necessariamente, consequências na organização interna e na relação inter-institucional;
- deverá avançar-se com alguma cautela, pois, sendo a informação um factor real

de poder, «pode-se tornar também num perigoso instrumento de poder institucional».

De facto, para que o processo possa decorrer numa plena base de confiança, do lado dos potenciais parceiros do Instituto e de futuros aderentes à rede, é necessário cultivar um profundo respeito pela identidade e pela autonomia de cada um. A preparação de normas não deverá processar-se num círculo fechado, da mesma maneira que deve imperar o diálogo tanto na fase de concepção, como no desenvolvimento e uso da rede. A entidade coordenadora terá toda a vantagem em apoiar iniciativas externas que possam favorecer a rede (através do reconhecimento e divulgação de experiências alheias) e apostar em incentivos à criatividade e à inovação. Finalmente, dado que se trata de dar ênfase a uma rede (de redes) ampliando assim os meios de acesso à informação sobre os arquivos, a Política Nacional do IAN/TT deverá ainda reorientar-se, de forma coerente e progressiva, para uma estabilização dos acervos no seu habitat original.¹⁴

Ao promover-se uma tendencial consolidação dos principais arquivos no seu contexto de origem, garantindo tratamento adequado e condições normais de acesso, será possível inspirar uma confiança generalizada e maior solidez à rede nacional. Deixam assim de ter sentido quaisquer resistências para a não integração dos produtores/detentores de arquivos na rede. E, a prazo, poderão até ser muito mais efectivamente exercidas as competências do Instituto no quadro da acção inspectiva, que lhe é conferida por lei. Tais competências devem estar orientadas em primeiro lugar para uma função pedagógica e de incentivo, mas devem ser efectivas. O importante é que haja sensatez e inteligência no modo como o poder é exercido. Daí que se nos afigure de uma grande lucidez o aviso lançado pelo Dr. José Mariz.

Sem descer a demasiadas particularidades – aliás, o contexto em que foi apresentada a conferência também o não permitiria – o representante da Torre do Tombo deixou, na ocasião, uma imagem de abertura e conceitos muito actualizados sobre a relação dos Arquivos com a Sociedade da informação.

Era fácil de supôr que esta perspectiva fosse desconhecida em certos círculos, no seio do próprio Instituto, e que pudesse mesmo vir a encontrar resistências internas. A evolução do processo de desenvolvimento do ARQUIV tornou bem explícita a falta de consenso nesta matéria e revelou, além do mais, uma certa desorientação sobre os princípios e as prioridades de uma Rede Nacional.

Com o devido respeito pelo esforço desenvolvido pelas Direcções anteriores, em outras áreas de intervenção e em processos até bastante complexos, não poderemos deixar de concluir que, na questão nuclear da Rede Nacional, elas revelaram desconhecimento e uma profunda ausência de visão estratégica. Já em 1995, a Comissão Europeia havia publicado as suas linhas orientadoras para os sistemas de informação arquivística no seio da Comunidade. No relatório do grupo de peritos sobre os problemas de coordenação em matéria de Arquivos diz-se, explicitamente, no seu capítulo 6, que:

«... com o auxílio da tecnologia actual, será também possível criar sistemas compatíveis de informação arquivística e integrá-los em redes nacionais e mais tarde transeuropeias...

Na expectativa de uma rede europeia de intercâmbio de informações próprias dos arquivos, conviria desde já uma concertação entre Estados-membros para identificar e seleccionar as normas informáticas de maior interesse para o mundo arquivístico.

Seja como for, qualquer nova iniciativa não poderá deixar de referir-se às realizações já existentes a nível nacional, encorajando a sua coordenação e nomeadamente recomendando a utilização de sistemas abertos...»¹⁵

Contrariamente ao defendido por uma corrente interna esclarecida e ao arripio das recomendações oficiais da Comunidade Europeia, o Instituto acabou por enveredar precisamente no sentido inverso, isto é, tendo em vista criar um “sistema” fechado. Enquanto o anterior relatório do Grupo Bangeman apontava para «a abertura, à concorrência, de infra-estruturas e serviços ainda em regime de monopólio»¹⁶, o IAN/TT tudo fez para que o ARQUIV se transformasse na aplicação exclusiva da rede. Rede necessariamente de conceito e âmbito muito limitados. Ninguém seria impedido de usar outros produtos. Porém, quem não se comprometesse por escrito a utilizar aquela aplicação, perdia o direito de ser financiado na aquisição de *hardware*. Previsivelmente, estaria também arredado da futura rede de bases de dados ou, pelo menos, bastante prejudicado, já que a lógica era monopolista¹⁷.

O processo não correu bem para o Instituto e, como resultado, continuamos à espera do essencial que é a plataforma para que a Rede Nacional possa vir a funcionar. Para além de um atraso de vários anos, muitas energias se dispenderam, em vão, e perdeu-se capacidade de investimento na dinamização da própria rede. Mais ainda, no contexto actual, em que os serviços de Arquivo

espalhados pelo País não estão parados, cada momento de atraso já não significa apenas um adiamento. Ele representa um prejuízo e um retrocesso, porque se estará a avançar sem uma regra definida, situação acaso comprometedora em muitos casos, para se alcançar a desejável interface.

É, pois, de toda a urgência a **iniciação de um processo de mudança**. Em nosso entender, este processo deveria obedecer a sucessivas etapas, que genericamente passamos a descrever:

1 – Desenvolvimento de um **modelo cooperativo**. Isto é, criação da plataforma nacional, tendo em conta três tipos de premissas: organizacional, tecnológica e normativa. O fim último será a interoperabilidade dos serviços e aplicações.

2 – Criação de um programa integrador, cuja primeira fase deverá decorrer sob a forma de **projecto-piloto**. Este serviria para testar a rede e criar impacto externo. Tal seria alcançado através do recurso a exemplos com alguma abrangência e, também, àquilo que hoje se costuma designar por “centros de competência”.

3 – Constituição de **parcerias estratégicas e protocolos de cooperação**, com entidades responsáveis por sectores de inquestionável importância no âmbito da rede de arquivos e da gestão de sistemas de informação. Este processo deveria também acompanhar as duas etapas anteriores, prosseguindo à medida que as condições o permitissem.

4 – Aperfeiçoamento progressivo das estruturas, **alargando a rede e consolidando-a**. Serão múltiplos os motores do seu desenvolvimento, dentro e fora da estrutura do IAN/TT. Não deverá esquecer-se o papel essencial que podem desempenhar os Arquivos Distritais, cujas sustentabilidade e coesão devem ser particularmente cuidadas neste processo.

Num programa deste tipo é importante que seja acompanhado pelo estudo dos requisitos comuns a um qualquer serviço de qualidade e cuja aplicação obedeça ao conceito de melhoria contínua.

Para a definição do modelo de desenvolvimento – que é a parte essencial do problema – há que reflectir, em primeiro lugar, sobre o **quadro normativo** em que uma Rede Nacional (e futuramente transeuropeia) deve assentar.

Não compete aqui desenvolver detalhadamente esta matéria, que é extremamente complexa e para a qual há que desenvolver trabalho em grupo, mas tão só apontar algumas ideias sobre a metodologia a seguir.

Nos últimos anos deram-se, felizmente, grandes avanços no sentido da normalização. Para o caso vertente há que ter em atenção três tipos de normas:

- normas de gestão de sistemas de arquivísticos;
- normas de gestão de sistemas de informação, em geral,
- normas de gestão de sistemas informáticos.

Constituem hoje referência (quase) consensual para os arquivistas, as recentes normas produzidas por peritos do Conselho Internacional de Arquivos, para descrições multinível e controlo de autoridade:

- ISAD: *International Standard Archival Description*,
- ISAAR (CPF): *International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families*.

Após um primeiro momento em que se pensou criar uma norma geral (ISAD-G) e versões específicas para certo tipo de documentos, veio-se a optar por um único modelo de descrição multinível geral, com abrangência suficiente e em coordenação com uma outra norma para identificar e descrever as entidades produtoras (ISAAR-CPF). Ambas as normas sofreram já aperfeiçoamentos e as últimas versões convergem para um sistema descritivo complementar, de grande rigor e coerência.

Para além destes dois documentos básicos, outros elementos de orientação se encontram disponíveis, nomeadamente algumas normas ISO para a representação de conteúdos, seja no plano conceptual, seja no seu aspecto formal.¹⁸

Mais importante do que especificar aqui tais normas, merece ser sublinhado que, também no âmbito da informática, se produziram consideráveis avanços quanto a linguagens e formatos de transmissão de dados (MARC-AMC, SGML, EAD, etc.). Este é **um dos aspectos decisivos para colocar em rede a informação** sobre o conteúdo de arquivos inseridos em diferentes sistemas e, por outro lado, para que tal informação possa ser difundida a um número mais lato possível de usuários. É aqui que se levantam os problemas da interoperabilidade das redes e das aplicações, em geral, um **tema que deve ser abordado de raiz no momento de conceber a plataforma – ou plataformas – de comunicação**.¹⁹ Neste contexto, assumem particular relevância as normas do consórcio World Wide Web (W3c) no domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC):

- Linguagem XML
- Serviços WEB

A linguagem XML (Extended Markup Language) é uma versão simplificada da norma ISO 8879:1986 (E) para processamento de texto. Esta última refere-se

à linguagem SGML (Standard Generalized Markup Language), criada para facilitar a transferência de dados no seio da Internet. Ao serem introduzidos, eles são automaticamente estruturados de forma hierárquica em entidades-tipo e identificados por marcas (*tags*), que são entendíveis também automaticamente por parte do receptor.

Embora subordinados a uma estrutura lógica e reconhecíveis pela máquina através dos respectivos identificadores (*tags*), os dados transferidos para uma linguagem XML dão origem a “documentos” que apresentam, entre outras, as seguintes características:

- serem dados textuais legíveis com facilidade pelo ser humano;
- ser o conteúdo dos documentos manuseado por um qualquer editor de texto;
- serem os documentos igualmente compatíveis com as normas SGML e HTML.

No contexto de uma rede de Arquivos, a linguagem XML aparece como embrião de uma solução mais vasta para abordar o problema da interoperabilidade.

Ou seja, independentemente do formato local utilizado para identificar, descrever e representar o conteúdo de um determinado arquivo – ou qualquer outro sistema de informação – a sua exportação (e importação) para outros sistemas deverá ser feita através de documentos XML.

Todavia, este tipo de linguagem, por si só, não apresenta soluções para a interpretação semântica dos dados por ela próprios descritos. Aqui é que se inserem as restantes normas de representação, com destaque para as de descrição multinível (ISAD) e do controlo de autoridade (ISAAR – CPF).

Hoje começa a estar também muito divulgada uma outra norma, que procura conjugar as linguagens SGML/XML com a descrição de instrumentos de acesso ou pesquisa (*findings aids*), em concordância com os diversos níveis de abordagem do conteúdo dos acervos. Referimo-nos à Document Type Definition (DTD) for Encoded Archival Description (EAD), mais conhecida por *EAD DTD*.

O seu desenvolvimento foi impulsionado a partir da Universidade da Califórnia, em 1993, por iniciativa da Berkeley Library. Trata-se de um projecto cooperativo de norma (*non propriatly encoding standard* concebida, em parceria, por várias instituições) particularmente útil à transferência para um ambiente legível por máquina, dos antigos instrumentos de acesso – inventários, registos, índices, etc – criados segundo métodos tradicionais. De acordo com David Pitti, o principal investigador do projecto Berkeley, este surge na sequência do crescente papel desenvolvido pelas redes informáticas no acesso à informação sobre os acervos

reunidos, não apenas nos Arquivos, mas também em bibliotecas, museus e coleções (*repositories*) de manuscritos. As características desta norma reflectem os seguintes critérios:

- capacidade de apresentar uma informação extensiva e interrelacionada existente em instrumentos de acesso arquivístico;
- capacidade de preservar as relações hierárquicas existentes entre níveis de descrição;
- capacidade de representar informação descritiva que é herdada por um nível hierárquico, a partir de outro;
- capacidade de se movimentar dentro de uma estrutura informacional hierárquica;
- suporte para um elemento específico de indexação e recuperação;²⁰

Desenvolvemos um pouco mais os objectivos desta norma, pelo simples facto de ser menos conhecida. Todavia, é de referir que a sua adopção tem de ser encarada como complementar da ISAD e nunca como uma alternativa.

As suas características e objectivos são distintos, pelo que **ambas devem constar do planeamento das infra-estruturas de gestão da Rede Nacional.**

Resta agora referirmo-nos sucintamente aos **serviços WEB** (*Web Services*), que constituem a outra linha normativa acima mencionada, da responsabilidade do consórcio WWW (W3C). A sua necessidade foi sendo identificada ao longo do tempo, à medida que se multiplicavam as funções de assistência da Internet. Até determinada altura, as aplicações tinham exclusivamente como destinatário o ser humano, ou seja, apenas utilizavam interfaces que lhe eram amigáveis. Com o aparecimento de novos domínios de aplicação, como por exemplo o *e-business*, passou a exigir-se que uma grande parte das transacções na Internet se processasse através da comunicação entre aplicações informáticas e não somente pela relação homem-máquina. Os serviços Web surgem, pois, como **interfaces codificados para suporte à comunicação** entre aplicações informáticas no seio da Internet. Trata-se de uma **matéria assaz complexa, mas que merece ser também considerada no âmbito de um projecto de Rede.**²¹

Para completar a reflexão aqui introduzida é oportuno sublinhar ainda duas realidades que foram sendo afloradas ao longo do texto e que carecem de uma melhor explicitação:

- 1 – Ao falar-se de Rede Nacional de Arquivos há que distinguir **tipos de serviço que se complementam**, mas nunca deverão andar confundidos:
 - o das infra-estruturas de gestão do Instituto e serviços dependentes;

- o das infra-estruturas de gestão dos restantes serviços de Arquivo (públicos e privados) que integram a rede nacional;
- e o da infra-estrutura de gestão informacional sobre os arquivos (acervos), que integram a mesma rede.

É sobre esta última componente que nos temos vindo sobretudo a ocupar, embora num ou noutro ponto haja referências aos demais estruturas. Frequentes vezes surgem problemas porque, inadvertidamente, se confundem as partes com o todo e se entra em domínios onde a sustentabilidade é nula ou muito reduzida. Só um serviço aberto e interoperativo permite desenvolver uma filosofia de rede, harmónica e dinâmica.

2 – Ao caracterizar a rede, enquanto estrutura de gestão informacional, não poderá deixar de pensar-se numa **rede de redes.**

Esta matéria é particularmente sensível na Administração Pública, onde podemos dar o exemplo das Câmaras Municipais, que possuem sistemas de informação arquivística muito complexos. Para além dos métodos de descrição tradicionais, alguns municípios passaram a dispor de instrumentos bastante avançados de gestão de documentos e da informação. É o caso dos programas *workflow* (GESCOR, SIGMA, etc.) ou de outras aplicações onde se privilegia a imagem dos próprios documentos (AROP, por exemplo). Eles gerem uma informação de volume exponencial, a qual serve de matéria-prima à própria gestão arquivística. Existem condições para estabelecer interfaces de natureza funcional e nunca mais os processos administrativos necessitarão de ser descritos, já que os instrumentos de acesso produzidos na fonte continuam operacionais.

Isto está a permitir a criação de bases de dados muito mais dinâmicas e particularmente úteis no âmbito da pesquisa em arquivos contemporâneos. Ora, através da Rede Nacional será possível aceder facilmente à base de dados central do subsistema (representado em cada serviço de Arquivo e porta de acesso ao sistema privativo do município). E, nos casos em que for possível obter licença de acesso – no estrito cumprimento das normas legais – facilmente se poderão encontrar caminhos para outras bases de dados ou ficheiros específicos.

Antes de concluirmos, será útil recordar que este não deve ser um projecto isolado. A criação de uma rede nacional de informação arquivística deve, à partida, integrar-se no processo de desenvolvimento que o País está a conhecer no âmbito da Sociedade da Informação. É vantajosa a análise do *Livro verde para a sociedade*

da informação em Portugal, onde são já lançadas numerosas pistas . Não podem, de modo algum, ser deixadas de fora ligações com outros projectos informacionais no âmbito da Administração Pública (INFOCID), da Cultura (MOSAICO), das Universidades e centros de pesquisa (FCCN – Fundação para a Computação Científica Nacional), das Comunidade de Língua Portuguesa (TERRAVISTA – igualmente uma iniciativa do Ministério da Cultura) etc. Por outro lado, constitui matéria de máxima actualidade o programa CIDADES DIGITAIS, cujo elevado investimento em infra-estruturas, no âmbito dos Municípios, poderá constituir um instrumento complementar de sucesso para o bom funcionamento da Rede Nacional de Arquivos.

Resta salientar que um processo deste tipo – e relembro aqui um passo da conferência do Dr. José Mariz, em 1996 – **exigirá profundas mudanças no actual quadro organizacional.**

O que é legítimo esperar, por parte da Direcção do IAN/TT, é precisão de conceitos, clareza de objectivos, visão estratégica e coerência na acção. As razões que levaram à suspensão do SIADE – um esperançoso projecto sobre Sistemas de Informação de Arquivo e Documentos Electrónicos – é um sintoma das dificuldades que o Instituto poderá ter ainda de enfrentar no terreno, para desenvolver este outro projecto . Todavia, o **problema da Rede Nacional de Arquivos não mais pode ser adiado**, pela circunstância de que já se perdeu demasiado tempo e, além do mais, tendo em atenção o amadurecimento da conjuntura nacional e internacional, entretanto verificada em matéria de Arquivos. Tal obriga a uma resposta positiva e rápida, sem qualquer sombra de timidez.

Ao criar-se nova abertura na perspectivação da Rede, é todavia legítimo esperar uma maior capacidade mobilizadora. Por seu turno, tal não deixará de estimular, no bom sentido, a concorrência, a criatividade e a inovação. Mas é preciso que seja um processo estável, dotado dos meios necessários e conduzido com firmeza e convicção. Como se trata de um projecto a longo prazo, não há qualquer dificuldade em encará-lo por fases, promovendo um crescimento sustentado. Mas tal não evita a necessidade de os primeiros passos serem efectuados com clarividência e segurança. E exige que a sua gestão dê mostras de um verdadeiro **profissionalismo** e consiga atingir a **estabilidade** indispensável à concretização de um qualquer projecto de médio e longo prazo.

Porto, Outubro de 2003.

NOTAS

¹ O presente texto esteve para surgir em versão condensada no n.º 2 da revista *Memória*, juntamente com depoimentos de outros autores, sobre as perspectivas de desenvolvimento da Rede Nacional de Arquivos. Por ter chegado ao seu termo a comissão de serviço da anterior equipa directiva, a publicação foi suspensa. Todavia, é de louvar esta nova postura de diálogo demonstrada pela direcção do Instituto, nomeadamente em matérias de política nacional cuja discussão pública muito ajudará à criação de consensos e à resolução de alguns dos impasses que caracterizaram a última década.

² É oportuno recordar, também neste caso, a perfeita adequação do modelo topológico de Paul Bruyne [et al.], aplicado ao método arquivístico. Estão aqui fundamentalmente em causa dois dos pólos de análise: o teórico e o morfológico. O modelo inclui ainda o pólo epistemológico e um pólo técnico, ficando reservado para este último a fase operacional de implementação da rede. Cf. MALHEIRO, Armando [et. al.] – *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Edições Afrontamento, 1998, p. 217-226

³ Tentando clarificar a aparente dualidade semântica entre “Arquivo/serviço” e “arquivo/sistema de informação” – utilizaremos no texto, por razões de ordem prática, o critério seguido na *Recommendation No. R (2000) 13*, adoptada pelo Comité de Ministros do Conselho da Europa, de 13 Jul. 2000, sobre o acesso aos arquivos: com inicial minúscula (“archives”), para acervos documentais reunidos por entidades no exercício das suas funções; com inicial maiúscula (“Archives”) para instituições públicas encarregadas da preservação de arquivos. É no entanto de referir que, segundo o modelo apresentado em *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*, a componente “serviço” faz parte integrante do “arquivo” como sistema.

⁴ União Europeia. Comissão – *A sociedade da informação*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais da Comunidade Europeia, 1996, p. 4 e 7.

⁵ União Europeia. Comissão – Crescimento, competitividade, emprego: acompanhamento da aplicação do livro branco: relatório sobre a Europa e a sociedade global da informação... *Boletim da União Europeia*. Suplemento 2/94. Bruxelas, [1994] p. 5-40.

⁶ À frente de cada item, mencionamos as páginas onde o respectivo assunto é desenvolvido no relatório do grupo presidido por Martin Bangemann (*op. cit.* nota anterior).

⁷ Destacamos o Centro Português de Fotografia (CPF), o Arquivo Nacional das Imagens em Movimento (ANIM), a Radio Difusão Portuguesa (RDP), a Rádio Televisão Portuguesa (RTP), a Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), o Instituto Geográfico e Cadastral, a Fundação Mário Soares, etc.

⁸ Entre os princípios da Política Nacional de Arquivos, em vigor no Reino Unido, merece uma atenção especial o objectivo de estabelecer uma rede sem fronteiras, abrangendo os três países da União e em todas as áreas onde estiver em causa a conservação de arquivos: «Principle n.º 2: There should be a nation-wide network of public sector and private sector archival services and repositories which will ensure that all areas of the United Kingdom are covered and no category of archives-generating body is unable to find an appropriate home for its archives». Temos em nosso poder cópia de um documento oficial, cuja primeira parte se intitula *The twelve principles of a National Archives Policy*. Foi distribuída num curso organizado em Liverpool, pelo British Council, em 1995. Infelizmente, não inclui referências à obra ou documento genérico a que pertence e foram vãs as tentativas que fizemos na Internet para identificar este último.

⁹ Além do Centro Português de Fotografia e da Cinemateca Portuguesa, há que lembrar o Instituto de Informática, o Secretariado para a Modernização Administrativa e as Direcções-Gerais da Administração Central e Local

¹⁰ É de salientar, neste domínio, o esforço que o IAN/TT tem desenvolvido com a publicação, entre outras, das *Fontes para a História de África*.

¹¹ Para os mais cépticos, é talvez oportuno recordar que o primeiro desafio para o lançamento de um programa de apoio à construção ou reestruturação dos arquivos municipais foi feito no âmbito das conferências “Cultura em Diálogo”, promovidos pelo Ministério da Cultura. Esta proposta foi apresentada pelo signatário na conferência *Arquivos – Problemas e Perspectivas* proferida no auditório da Torre do Tombo,

em Novembro de 1996. O termo de comparação que demos foi, já então, o programa de apoio à Rede de Leitura Pública. No final da conferência, o Prof. Doutor José Mattoso dirigiu-nos atenciosas palavras, mas manifestou-se céptico quanto a essa possibilidade, devido aos elevados custos inerentes. Todavia, pouco tempo decorrido (1998), a direcção do Instituto viria a conseguir as condições necessárias para o “lançamento do PARAM” e com resultados à vista. Em abono da capacidade do Instituto dos Arquivos Nacionais para alargar as perspectivas da sua acção além dos chamados “arquivos históricos” e da gestão do património arquivístico classificado, deve igualmente assinalar-se o aparecimento da sua Divisão de Arquivos Intermediários, assim como o protocolo com o Instituto de Informática, que esteve na origem do programa SIADE, tão promissor para o lançamento de bases normativas na gestão de documentos electrónicos e da informação, em geral.

¹² OLIER, J. H. d'; DELMAS, B. – *La planification des infrastructures nationales de documentation, de bibliothèques et d'archives*. Paris: Unesco, 1974, p. 231 s.

¹³ Algo semelhante se passa no Reino Unido, por exemplo, cujas funções e constituição é independente do National Council on Archives.

¹⁴ As incorporações nem sempre resolvem os problemas da conservação e do acesso aos arquivos. A história ensina-nos que frequentemente estes até se agravaram, provocados por danos colaterais à incorporação. Muitos acervos perderam-se ou se danificaram, outros baralharam-se irremediavelmente, a grande maioria ficou por tratar dada a falta de capacidade de resposta e, além do mais, foram-se instalando sérias desconfianças externas. O movimento incorporacionista criou, no passado, justas preocupações em determinados sectores, nomeadamente na Igreja, que viu o seu património devassado e espoliado. As sequelas deste processo chegaram aos dias de hoje, como ficou comprovado na fase de discussão do diploma que regula o actual Regime Geral de Arquivos. A experiência demonstrou, ainda, que não bastaria a lei incluir uma declaração explícita sobre o respeito da propriedade privada, para que os espíritos se tranquilizassem. O que muitos detentores de património arquivístico nacional anseiam é que tal designio se concretize, efectivamente, através do respeito pela completa identidade, integridade e titularidade dos próprios

acervos. Isto é também válido para largos sectores da administração pública, apesar de nem sempre esta dispor de condições para manter e gerir localmente os seus arquivos. Só através da mudança de atitude, concretizada pela inequívoca manifestação de crença nas vantagens da estabilização (tanto quanto possível) dos acervos – mais do que pela publicação do princípio em qualquer diploma oficial – é que será possível inspirar confiança a alguns sectores que detêm importante património arquivístico e fomentar um verdadeiro processo descentralizado de gestão. Também neste âmbito, a abertura e o estímulo à diversificação de responsabilidades trará enormes economias ao órgão coordenador e seus Arquivos satélites, libertando-os para os verdadeiros casos a exigir medidas de salvamento, através do depósito temporário ou da incorporação.

¹⁵ COMISSÃO EUROPEIA – *Os arquivos na União Europeia: relatório do grupo de peritos sobre os problemas de coordenação em matéria de arquivos*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1995, p. 58.

¹⁶ COMISSÃO EUROPEIA – *op. cit.*, 1994, p. 17.

¹⁷ Referimo-nos à estratégia seguida na gestão do programa PARAM, apesar das condições de candidatura nada serem restritivas a esse respeito. Esta restrição abusiva atingiu a Câmara Municipal do Porto, por exemplo, que não viu satisfeito o seu pedido de financiamento do *hardware*, por não se manifestar interessada no ARQUIV.

¹⁸ Veja-se com especial atenção a extensa lista de referências incluída no Caderno 1, do projecto SIADE, relativamente não apenas à gestão de documentos electrónicos, mas também acerca de sistemas de informação de tipo tradicional: No que respeita ao uso da linguagem controlada pode consultar-se também com utilidade: RIBEIRO, Fernanda – *Indexação e controlo de autoridade em arquivos*. Porto: Câmara Municipal, Departamento de Arquivos, 1996. 210 p.

¹⁹ Para além da literatura que tivemos acesso sobre esta matéria, aproveitamos os conselhos do Eng.º César Toscano, do INESC, a quem apresentamos o nosso agradecimento. Seguimos de perto o texto que nos teve a amabilidade de facultar, completando as suas observações com algumas notas complementares, que ajudam a contextualizar o problema. Não nos iremos

debruçar, porém, sobre as origens do formato MARC e sua aplicação aos Arquivos

²⁰ Para mais detalhes poderá consultar-se o *site* <http://www.loc.gov/ead>

²¹ Também para mais detalhes deve procurar-se o *site* <http://www.w3c.org>; assim como <http://www.w3.org/2002/ws>

²² PORTUGAL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Missão para a Sociedade da Informação: *Livro verde para a sociedade da informação em Portugal*. Lisboa: Missão para a Sociedade da Informação, 1997. Veja-se também com proveito: CORREIA, Ana Maria Ramalho – “Moving towards and information society in Portugal”. *Anales de Documentacion* [Em linha]. Lisboa: UNL; ISEGI, 1999, vol. 2; – [Consulta: 10 Abr. 2003]. Disponível em: http://www.Isegi.unl.pt/Docentes/acorreia/preprint/spainpaper_web.htm.

²³ Veja-se, a propósito, o balanço algo desiludido – mas sensato – que faz o Dr. Francisco Barbedo na sua recente comunicação ao II Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica (Rio de Janeiro, Novembro 2002): BARBEDO, Francisco – “O Programa SIADE: um ensaio na gestão dos documentos electrónicos” [Em linha]. [Consulta: 18 Abr. 2003]. Disponível em <http://www.arquivonacional.gov.br/not-eve/seminario/sessao%202/fb.htm>.

Nota final – a decisão do IAN/TT, relativamente recente, de criar um servidor único para reunir informações sobre a rede nacional de arquivos, em boa parte alimentado por importações (voluntárias) da periferia, mas condicionando a interactividade do sistema, confirma que ainda, neste momento, **não se pensa em promover uma verdadeira plataforma nacional de comunicação arquivística**. Na prática, o país ficará limitado a uma oferta “institucional” e não a um produto “nacional”. Ambos têm lugar no sistema, mas correspondem a objectivos distintos. A manter-se o *satus quo* tal conduzirá, inevitavelmente, à perduração de um sistema fechado, pouco versátil (para correcções e actualizações por parte dos agentes da rede, relativamente aos conteúdos que lhe dizem respeito) e acabará por se revelar incapaz de dar resposta às exponenciais potencialidades de desenvolvimento da rede.